



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 1610/96 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS EM TERRAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0335/12	DATA: 17/04/2012
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 16h42min	DURAÇÃO: 01h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h42min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO MALDOS – Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Gilberto Carvalho.

VANDA PINEDO – Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado.

ROSANE KAINGANG – Representante do povo Kaingang.

CARLOS PANKARARU – Líder indígena.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º e 231, § 3º da Constituição Federal.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestações no plenário.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Há palavras ininteligíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

AUTORIZO A INSERÇÃO DESTA
NOTA TAQUIGRÁFICA NA
INTERNET

Secretário

Ponto

Inserido na Internet às

____h____

do dia ____/____/____

Servidor

Ponto

NÃO AUTORIZO A INSERÇÃO
DESTA NOTA TAQUIGRÁFICA
NA INTERNET

Secretário

Ponto



O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º e 231, § 3º da Constituição Federal.

Convido o Dr. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Gilberto Carvalho, a tomar assento à mesa.

Desde já avisamos que haverá reunião desta Comissão no dia 24 de abril, às 14 horas, para a realização de audiência pública com a presença do Dr. Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República em Rondônia; da Dra. Márcia Brandão Zollinger, Procuradora da República em Mato Grosso; do Sr. Raul Silva Telles do Valle, Coordenador-Adjunto do Instituto Socioambiental — ISA; do Sr. Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário — CIMI; da Sra. Iara Pietricovsky de Oliveira, representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC; da Sra. Bela Feldman-Bianco, representante da Associação Brasileira de Antropologia — ABA da Universidade de Brasília; e do Sr. Ivar Busatto, Coordenador da Operação Amazônia Nativa — OPAN, para debate sobre a proposta de regulamentação da exploração e do aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

Bem-vindo, Dr. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aqui representa o Ministro Gilberto Carvalho.

Bem-vindos todos os participantes e convidados para esta importante audiência pública.

A Constituição Federal de 1988, no art. 231, § 3º, diz:

“O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.



Esta Comissão já realizou audiência pública com a presença de representante do Ministério de Minas e Energia. Um grupo de Deputados esteve no Equador, onde tomamos conhecimento da legislação equatoriana sobre mineração em terras indígenas e ouvimos lideranças indígenas daquele país.

Na próxima semana estaremos aqui em audiência pública debatendo o tema com organizações não governamentais que trabalham com comunidades indígenas.

E, no mês de maio, vamos iniciar audiências públicas pelo Brasil, conforme requerimento aprovado: nos dias 10 e 11, no Estado do Amazonas, na cidade de São Gabriel da Cachoeira; no dia seguinte, na cidade de Presidente Figueiredo. Ainda no mês de maio teremos audiência pública com lideranças indígenas no Município de Espigão do Oeste, em Rondônia, nas proximidades da área dos índios cintas-largas. Também estamos trabalhando — vamos ver com a Polícia Federal ou com o IBAMA — a possibilidade de conseguirmos um helicóptero para que possamos nos deslocar de Espigão do Oeste até a mina de diamantes existente na reserva dos índios cintas-largas, a uma distância de 150 quilômetros da cidade.

Esta Comissão já tem requerimento votado para o cumprimento de missões no Canadá e na Austrália.

A presente reunião está sendo gravada. Peço, portanto, que falem ao microfone e declinem o nome antes de fazer uso da palavra.

Encontra-se à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados cópias da ata da reunião anterior. Tendo em vista a distribuição antecipada, pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Está dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Carlos Magno, do PP de Roraima.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.



Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com a presença do Dr. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Gilberto Carvalho, para manifestar posição sobre a proposição em análise.

Esclareço as seguintes normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo do expositor será de 20 minutos, não podendo ser aparteado; cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para interpelar o expositor, sendo que o tempo para resposta será o mesmo; a réplica e a tréplica são facultadas pelo mesmo prazo. Os Srs. Deputados que desejarem participar dos debates deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra ao palestrante, Dr. Paulo Maldos.

O SR. PAULO MALDOS - Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço pelo convite formulado por esta Comissão Especial, cuja missão é debater e elaborar legislação que regule a exploração de recursos minerais em terras indígenas.

Também agradeço pela oportunidade de podermos expor aqui o que a Secretaria-Geral da Presidência da República pensa a respeito do tema, embora a minha fala vá se circunscrever à nossa visão do processo de elaboração da referida lei.

A princípio, queria dizer que, a nosso ver, trata-se de uma construção bastante delicada, complexa, que vai exigir muito desta Casa, do Congresso Nacional, e vai exigir uma participação bastante intensa dos principais interessados no tema, ou seja, os povos indígenas.

Como é o objetivo desta audiência, vou aprofundar nossas informações, nossas reflexões a respeito do processo de participação dos povos indígenas no tema.

Quero informar que, no âmbito do Governo, foi constituído grupo de trabalho interministerial para elaborar os procedimentos de consulta a povos indígenas, povos quilombolas, que, inclusive, estou percebendo que se fazem presentes aqui de forma bastante intensa. Estamos construindo os procedimentos de consulta relativos à Convenção nº 69 da OIT.

O Brasil foi incluído em uma lista preliminar, que faria parte da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em razão de uma reclamação da CUT —



Central Única dos Trabalhadores, por não ter o Brasil incluído, na sua visão, até aquele momento, no universo de abrangência de sujeitos de direitos da Convenção nº 169 da OIT, os povos quilombolas. E também temos uma reclamação por não ter ainda o Brasil tomado a iniciativa de regulamentar o tema. Apesar de a Convenção nº 169 ser autoaplicável, ainda não se havia definido no Brasil como seriam os procedimentos de consulta a povos indígenas e a quilombolas.

Houve um acordo em que o Brasil, para superar a reclamação da CUT, e antes da próxima sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em julho de 2012, se comprometeu a incluir os povos quilombolas entre os povos que devem ser ouvidos no âmbito da consulta da Convenção nº 169, como também se comprometeu a regulamentá-la.

Em janeiro deste ano o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, publicaram portaria em que foi instituído GTI com a finalidade de desencadear o processo de regulamentação do procedimento de consulta.

Então, temos já criado o grupo de trabalho interministerial, composto por 24 órgãos de Governo, que tem por objetivo estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia da Convenção nº 169; ampliar a discussão no âmbito do Governo sobre o tema de consulta prévia informada; definir junto aos setores envolvidos a agenda e a metodologia dos diálogos para regulamentação da consulta; e prover a estrutura para a realização das atividades necessárias à realização do procedimento de construção da regulamentação da consulta.

Está sendo amadurecida proposta de metodologia sobre como será feita a consulta da consulta, que prevê a constituição de um comitê facilitador constituído de 12 representantes de lideranças indígenas e lideranças quilombolas. Ela teria como objetivo construir junto com o grupo de trabalho interministerial o planejamento e a realização de reuniões de diálogo regionais com povos indígenas e quilombolas, dando continuidade às discussões iniciadas no seminário da Convenção nº 169 que realizamos em Brasília no início deste ano.

Já foi realizado seminário do qual participaram lideranças do movimento indígena, de quilombolas e de populações tradicionais. Esse seminário foi precedido de todo um processo preparatório junto a essas lideranças para informá-las sobre a



Convenção nº 169 para que elas pudessem participar com bastante informação do seminário. O seminário está tendo desdobramentos agora com esses procedimentos.

Seria objetivo também desse comitê facilitador participar e contribuir no processo de sistematização dos resultados das reuniões de diálogos regionais visando à construção de uma minuta de instrumento de regulamentação dos mecanismos de consulta; participar da construção de um instrumento de consulta para regulamentação dos mecanismos; e apoiar o grupo de trabalho interministerial no monitoramento e na avaliação do processo de regulamentação. Também o teríamos como referência para o diálogo com as demais populações tradicionais, além de indígenas e quilombolas.

Sabemos que no Brasil a biodiversidade étnico-cultural é imensa, não só na Região Amazônica, mas em todo o território nacional. Há povos de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, seringueiros, uma infinidade de povos tradicionais que têm a noção de território e a noção de sua identidade étnica constituída, que também podem ser afetados por diversas obras ou diversas legislações, inclusive as elaboradas no Congresso, e que têm direito ao procedimento de consulta.

Então, temos como referência para esse segmento a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que seria o nosso interlocutor nesse procedimento. Vamos ter também um diálogo com a sociedade civil organizada, ou seja, entidades, academia, ONGs, que têm acúmulo nessa questão. Tanto as questões relativas a território quanto a culturas dessas populações serão escutadas.

Estamos prevendo no nosso planejamento que até o final deste ano seja apenas para informar a todos os segmentos que podem ter interesse nessa questão da regulamentação sobre os procedimentos de consulta da Convenção nº 169. O que é a Convenção nº 169? O que é esse acordo que o Brasil assinou? Até o final deste ano vai haver no País todo um processo de informação de comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas sobre o que vamos construir.

Depois vai haver um amplo momento, um grande momento para se debater com esses segmentos propostas de regulamentação. Então, vão ser 25 encontros



em todo o País em que vamos ouvir as populações indígenas, quilombolas e tradicionais sobre essa construção.

Por fim, vamos fazer um processo de sistematização das diversas propostas para então tentarmos chegar a um consenso — Governo, sociedade civil e esses segmentos — sobre a proposta de regulamentação e, enfim, darmos segmento à sua aprovação e institucionalização. Ou seja, vai ser um procedimento mais ou menos de 2 anos. Neste ano haverá um procedimento de informação em todo o País sobre a regulamentação. No primeiro semestre do ano que vem haverá escuta e debate com os segmentos diretamente interessados no tema. O segundo semestre do ano que vem será para a sistematização das propostas e devolutivo para todos esses segmentos.

Então, Srs. Deputados, achamos que, para o tema em tela, a questão da mineração em terras indígenas, é bastante importante que o Congresso Nacional esteja em sintonia conosco no que diz respeito à consulta da Convenção nº 169, haja vista que os povos indígenas vão ser diretamente afetados pela legislação fruto dos debates nesta Casa. É importante que nesses procedimentos que estamos amadurecendo, que vamos amadurecer ao longo desses 2 anos, haja uma sintonia dos trabalhos e que os senhores possam contribuir conosco na construção dos procedimentos de consulta.

Acho que pode ser bastante rica, de parte a parte, a construção da regulamentação do procedimento de consulta, com a troca de informações e de experiências no Congresso Nacional. Tudo diz respeito a como vamos, nessas construções, sejam elas administrativas ou legislativas, nos relacionar, respeitando territórios e culturas que podem ser afetados por nossos atos, tudo em sintonia com o que está previsto na Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Quero destacar que nós, da Secretaria-Geral da Presidência da República, reconhecemos que povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas, nos últimos 20, 30 anos, estão se tornando cada vez mais conscientes de que são sujeitos de direitos, sujeitos coletivos de direitos, e vêm conquistando cada vez mais espaço nos diversos Estados nacionais, não só da América Latina, mas de todo o mundo. Daí, inclusive, os instrumentos internacionais que exigem que os Estados nacionais respeitem seus direitos.



No Brasil nós temos, em relação aos povos indígenas e populações quilombolas, um grande avanço na Constituição de 88, que reconhecemos como momento de mutação das relações do Estado nacional com as populações, em que o Estado deixa de ter uma perspectiva integracionista com relação aos territórios e culturas, como se houvesse um Estado nacional a que todos deveriam convergir e se tornar homogêneos, para o reconhecimento da sua especificidade étnico-cultural, seus territórios, suas culturas e seus direitos territoriais e culturais.

Então, a Constituição de 1988 foi um marco nesse sentido, nessa mudança da relação de Estado nacional no Brasil com essas populações. E nós vimos, ao longo do processo de democratização da América Latina, dos processos que ocorreram na Argentina, no Uruguai, no Chile, nos países da América Central, que estavam saindo, inclusive, de processos de luta, de conflagração interna muito intensa nessas sociedades, o reconhecimento dos direitos dessas populações no nível das suas constituições nacionais nessa fase de democracia. Desde então, a partir desses instrumentos reconhecidos nos Estados nacionais, os povos indígenas, as populações quilombolas e tradicionais de todas as Américas passaram a também desenvolver cada vez mais o seu protagonismo no sentido de exigir que, em qualquer medida administrativa, em qualquer medida legislativa dos seus países, eles fossem considerados e tivessem os seus direitos reconhecidos. Então, para nós, o momento atual no Brasil diz respeito a esse contexto histórico mais amplo.

Inclusive, em termos de América Latina, nós tivemos um, digamos, desenvolvimento mais intenso, inclusive, dessas lutas. Se considerarmos países como a Bolívia, Equador, e mesmo o Chile, países que contam com uma participação nas suas populações bastante significativa de povos tradicionais, populações indígenas, povos quilombolas, inclusive, que há em vários países, vemos que um novo patamar de lutas foi estabelecido por esses povos em torno dos seus direitos, principalmente o direito a serem escutados em todas as ações do Estado, vendo o Estado tanto como Legislativo, Executivo e Judiciário, exigindo desses setores todos o respeito aos seus direitos tradicionais, seus direitos históricos, direitos culturais e direitos territoriais. Então, para nós, essa construção...

Voltando ao tema, uma legislação que diga respeito à mineração em terras indígenas tem que levar em consideração todo o contexto mundial, latino-americano e nacional em que vemos emergência forte desses povos, muitos zelosos pelos



seus direitos. Portanto, defendemos com muita força, inclusive a partir dos compromissos internacionais do Brasil, que esses povos sejam escutados ao longo de todo o processo de elaboração da legislação, e queremos deixar a nossa contribuição em termos dessa construção que estamos fazendo em torno da regulamentação dos procedimentos de consulta da 169.

Por fim, para poder depois debater com mais profundidade, queria também dizer que, para nós, é importante que o debate sobre a mineração em terras indígenas não seja dissociado de outras discussões em torno do Estatuto dos Povos Indígenas, porque este estatuto diz respeito à regulamentação do art. 231 da Constituição, ou seja, é relativo a toda a vida das comunidades indígenas. Do ponto de vista dos territórios, da saúde, da educação, de seus projetos de desenvolvimento, do cuidado com o meio ambiente, enfim, tudo o que diz respeito à vida das comunidades indígenas está no Estatuto dos Povos Indígenas, que está nesta Casa há bastante tempo.

Eu participei, em 1992, de uma semana com 350 representantes, 101 povos... O fruto daquela longa jornada foi a construção de uma proposta de estatuto dos povos indígenas por aqueles representantes dos 101 povos, 55 organizações. Aquilo foi entregue ao Congresso Nacional e vem tramitando desde então, inclusive com contribuições de entidades da sociedade civil, do Ministério Público e de partidos políticos. Foi bastante enriquecido desde então esse projeto de lei, que se encontra nesta Casa há bastante tempo, e diz respeito ao conjunto da vida dos povos indígenas.

Para nós é importante que o debate sobre a mineração não seja separado e que o estatuto seja valorizado, reconhecido como referência e que todas as discussões relativas à vida, ao território e à cultura dos povos indígenas sejam discutidas no âmbito desse estatuto. A separação por temas enfraquece o conjunto do estatuto; não interessa aos povos indígenas essa segmentação, pelo menos pelo que temos bastante consciência, porque isso significa o esvaziamento do estatuto. Então, é importante que o estatuto seja referência e que seja prevista também a proposta com relação à mineração. Acharmos que a mineração em terras indígenas deve ser discutida no âmbito do estatuto, que deve ser a referência maior. Dessa forma, a noção do direito vai permear o conjunto do estatuto e informar a discussão a respeito especificamente da mineração em terras indígenas.



Termino aqui porque acho que podemos esclarecer melhor a partir do diálogo com todos os presentes.

Obrigado.

(Não identificado) - Com licença, desculpe. Posso falar como indígena, como liderança?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Um momento, você não pode falar agora. Agora não. *(Manifestação no plenário.)* Aqui não funciona assim.

Obrigado, Dr. Paulo Maldos.

Eu me esqueci de registrar e acolher todos os quilombolas aqui presentes, em missão na cidade de Brasília, e também participando da Comissão de Mineração em Terras Indígenas, que tem a ver também com as terras quilombolas.

Gostaria de autorizar o Sr. Sérgio Luiz Valentim, jornalista, da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, a gravar a reunião.

Registro também que vamos ter uma audiência nesta Comissão Especial, já aprovada em requerimento, no dia 8 de maio, para debater com lideranças indígenas. Foram convidados a Sra. Joênia Wapixana, representante da liderança indígena de Roraima; o Sr. Kleber Luiz Santos Karipuna, representante de liderança indígena do Amapá; a Sra. Francisca Ângelo, representante de liderança indígena de Mato Grosso; Sra. Maria Eva Canoé, representante de liderança indígena de Rondônia; Sr. Nailton Muniz e a Sra. Ilza Rodrigues da Silva, representantes da tribo indígena Pataxós-Hã-Hã-Hães, da Bahia.

Com referência aos quilombolas, está aprovada audiência pública no dia 22 de junho, em Costa Marques, Rondônia, com as nove comunidades quilombolas, junto com a Fundação Palmares e o INCRA. Convidamos o Deputado Moreira Mendes para participar conosco dessa reunião na cidade de Costa Marques.

Quem quiser se inscrever para o debate, há uma lista de inscrição. Terminada a exposição, concedo a palavra ao Deputado Relator, Eduardo Lopes.

(Não identificado) - Eu só quero dizer a vocês que o que estão fazendo é coisa de pessoas que estão nos enganando. O Governo está fazendo *(ininteligível)* Vocês estão querendo explorar os minérios. Vocês só pensam em negócio grande, vocês não pensam nos povos indígenas do Brasil. O que vocês estão fazendo? *(Ininteligível.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Vamos primeiro abrir... Não! Eu vou abrir depois a palavra. Depois dos Deputados, vocês terão condição de se inscrever para falar. *(Manifestação no plenário.)*

Ela vai ter que ser retirada aqui de dentro.

Terão a palavra o Relator e três Deputados que se inscreveram. Os Deputados têm o direito de se inscrever, porque aqui quem fala são os Deputados, pelos 200 milhões de brasileiros. Depois da fala do Deputado, nós abriremos inscrição para quem quiser expressar seu pensamento.

Passamos a palavra ao Deputado Relator Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, o objetivo desta audiência pública não é outro senão ouvir qual é o posicionamento do Gabinete da Presidência da República sobre a questão que envolve os trabalhos desta Comissão. O Sr. Paulo Maldos, que vem em substituição ao Ministro...

(Manifestação no plenário. Canto e palmas.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Como Deputados, nós lamentamos esse tipo de posicionamento. Em primeiro lugar, as pessoas que aqui estão não têm absolutamente nada a ver com mineração em terra indígena, mesmo porque a mineração em terra indígena é relevante na Amazônia. As pessoas que estão aqui, nós sabemos, são quase todos da Bahia, onde, nas terras indígenas, as questões têm muito mais a ver com fazendeiros, com cacau, muito distante do que estamos discutindo aqui. O que é preciso é que tragam contribuição.

(Manifestação no plenário.)

(Não identificado) - Por que é que, nessa Mesa, não há nenhum indígena para falar da sua realidade. Ainda que vocês tenham o direito de falar, por que nessa Mesa não foi chamado, além dos senhores que estão falando, um indígena, para falar da sua realidade? É isso o que a companheira está dizendo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Todas as comunidades indígenas do Brasil inteiro terão uma audiência pública nesta Casa para falar, no momento certo. Não é tumultuando assim que vão colaborar, que vão construir a proposta.

(Não identificada) - Tumultuando estão vocês. Nós não vamos *(ininteligível)* nossas forças. Vocês é que estão tumultuando. Nós não vamos *(ininteligível)* nosso povo.



(Não identificado) - Tumultuando as coisas estão vocês, que querem as coisas do seu jeito.

Nós estamos aqui, como quilombolas, para ajudar os índios, para não deixar as pessoas, as empresas, esse bando de safados, roubarem as terras deles, assim como querem fazer com a gente. Nós estamos aqui para apoiá-los. Nós vamos nos retirar em repúdio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - A reunião é pública. Retirem-se daqui de dentro. A reunião é pública, mas vocês têm que respeitar. Retirem-se.

(Não identificado) - Eu quero saber se esta Casa é nossa. Esta Casa *(ininteligível)*

(Não identificado) - Não precisa *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Retirem-se. Retirem-se. Retirem-se.

(Não identificado) - Vamos nos retirar *(ininteligível)* por esta Comissão. Era isso *(ininteligível)* vocês sabem muito bem.

(Não identificado) - Vocês têm que respeitar a gente.

(Não identificado) - Deixem-nos falando sozinhos.

(Não identificado) - Eles querem falar para eles mesmos.

(Não identificado) - É desse jeito que vocês recebem os quilombolas? Que vocês recebem o indígena? É querendo botar para a rua à força? É desse jeito?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós lamentamos esse tipo de ocorrência, mesmo porque não há a mínima contribuição para os trabalhos desta Comissão. Não é com protestos dessa natureza que nós iremos construir uma lei justa para o País, em especial para as comunidades indígenas, mesmo porque, eu, como amazônida, questiono a legitimidade dos que aqui estavam para discutir essa questão.

Mas voltemos aos nossos trabalhos.

Então, o que nós esperamos, Dr. Paulo, é que o senhor, aqui representando o Ministro responsável pela área na Presidência da República, tenha mais objetividade. O senhor falou muito de quilombola, misturou quilombola com questão de mineração em terra indígena. A Constituição trata essa questão de forma distinta, e nós assim a trataremos também, muito embora nós entendamos que, no momento, teremos que tratar também da mineração na terra dos quilombolas, muito



embora o Constituinte de 88 tenha passado ao largo dessa questão, pelo menos da mesma forma clara com que tratou a questão da mineração em terras indígenas no 3º do 231.

Portanto, o que nós gostaríamos de ouvir — e certamente ouviremos do senhor — é qual o posicionamento do Governo brasileiro. Se o Governo da Presidente Dilma entende que o País, e essa é a pergunta, tem como meta, como busca a necessidade de exploração de minério nas terras indígenas na regulamentação; se o País vê a necessidade da utilização dessa incomensurável riqueza mineral que está sob as terras indígenas do Brasil inteiro. Mesmo porque as dimensões das terras indígenas demarcadas no Brasil, e as que por certo ainda o serão, tomam uma proporção, principalmente no arco norte da fronteira do País, onde sabemos que estão as maiores jazidas de alguns minérios — até do planeta, não só do Brasil —, isso para não falarmos aqui das duas maiores jazidas de terras raras conhecidas na América do Sul até o momento: uma na região do alto Rio Negro; a outra na região do Surucucu, no meu Estado, o Estado de Roraima. Hoje falar em terra rara é falar na necessidade vital de qualquer desenvolvimento *high-tech* de qualquer nação.

Logo, o que nós queremos saber é se o Governo brasileiro entende que regular mineração em terra indígena é uma matéria que deve constar da agenda nacional, ou se o Governo brasileiro entende ela é menos relevante para a economia e para o desenvolvimento do Brasil e, por que não, das próprias comunidades indígenas.

Então, é isso que este Relator gostaria de ouvir do senhor nesta audiência pública.

O SR. PAULO MALDOS - Queria agradecer à observação do Deputado.

Esclareço que, quando me referi ao que estamos construindo com relação à 169, eu procurei dar uma contribuição do que estamos construindo em termos de escuta dessas populações. Não misturei quilombola com indígena de jeito algum. É que a regulamentação da 169 feita no Brasil inclui a escuta de populações tradicionais, populações indígenas e quilombolas. Por isso eu citei os quilombolas. Então, reconhecemos que o tema aqui é regulamentação de terra indígena. O senhor é que incluiu quilombola, o que eu não sabia que iria ser discutido nesta Comissão.



Com relação à mineração em terras indígenas, reconhecemos que é importante regulamentar. Se o processo de desenvolvimento nacional, mais dia, menos dia, pode afetar esses territórios, é importante que isso seja regulamentado, não seja feito de forma atabalhoada, de forma anárquica. Agora, o que consideramos imprescindível é que os povos afetados pela legislação e pelas ações, sejam elas de Governo, sejam elas privadas, sejam, sim, consultados e tenham direito a expor seus pontos de vista a respeito dos territórios que vão ser afetados.

Eu moro aqui em Brasília, onde está prevista uma ponte. Haverá reuniões, na comunidade do Lago Norte, para discutir sobre a ponte, que afeta o meu território, o meu dia a dia. Acho que é uma coisa meio óbvia na sociedade moderna que toda comunidade que vai ser afetada por uma legislação ou por uma ação de governo seja respeitada, seja escutada e possa expor seu ponto de vista sobre aquilo que vai afetar o seu dia a dia, o seu destino. Então, apenas trouxe uma contribuição sobre o que achamos.

Primeiro, para a construção desta legislação, desta lei, estou inclusive propondo uma colaboração entre nós em relação a esse esforço que estamos fazendo com 24 Ministérios e um conjunto imenso de entidades da sociedade civil na construção da regulamentação do procedimento de consulta da 169 a fim de que possa haver uma grande contribuição de vocês aqui, para que possa haver um auxílio em relação ao processo de elaboração da legislação e para que V.Exas. possam também usufruir do que conseguirmos nesse procedimento de consulta.

Acho que nada melhor do que o Estado brasileiro como um todo, seja o Legislativo, seja o Executivo, para construir consenso em torno das maneiras de consulta, maneiras de ouvir as comunidades que serão afetadas por nossas ações. Então, o que eu estou propondo é um intercâmbio entre nós para que se possa ser o mais contemporâneo possível no respeito aos direitos das populações afetadas pelas ações de Estado.

É apenas isso que eu trouxe e quero deixar como contribuição. Eu não me propus — este convite foi feito ao Ministro Gilberto Carvalho — e o próprio Ministro não se propôs a vir aqui discutir o mérito, o que entendemos por mineração ou coisa assim. Existe um conjunto de posições dos diversos Ministérios — Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia — que estão em diálogo interno a fim de se construir posições de consenso de Governo.



Esse processo está em curso. Não queremos entrar no mérito disso agora, o que seria prematuro. O que procuramos trazer como contribuição é essa questão de que achamos imprescindível que esta Comissão Legislativa consulte as comunidades diretamente afetadas, colocando à disposição da Casa toda essa nossa construção em torno da 169, para que o trabalho de V.Exas. possa ser feito da melhor maneira possível, assim como estamos procurando fazer as ações de Governo em sintonia com os instrumentos internacionais de que o Brasil é signatário.

Também deixo de novo marcado que entendemos que é importante que esse tema, mineração em terras indígenas, seja discutido dentro do escopo do Estatuto dos Povos Indígenas que, reiteradamente, Presidentes do Senado, da Câmara, do Congresso, a cada ano, dizem aos povos indígenas que irá tramitar, apesar de estar aqui há 20 anos ou mais. É importante que se comprometam com essa tramitação. Infelizmente, isso não ocorre e acabam acontecendo de forma acelerada projetos específicos, como o da mineração, enquanto o do Estatuto fica relegado às gavetas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Dois Deputados vão perguntar. No máximo, serão 3 minutos.

Passo a palavra ao Deputado Francisco Araújo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu gostaria não de perguntar, mas de ser um pouco sucinto no que vou falar porque eu tenho agora uma votação na CCJ, mas quero dizer o seguinte.

Ontem, em Roraima, eu participei da abertura da Semana do Índio, quando estavam presentes indígenas em grande quantidade, representantes de várias etnias. Inclusive, no dia 19 de maio, estarei participando de um encontro na comunidade de Água Fria, pessoal com quem já tenho um certo conhecimento, para tratar com eles, para falar a eles deste projeto de lei, para que não aconteça o que aconteceu aqui.

Há uma distorção dos fatos com relação a esta Comissão muito grande. Colocam-nos como se estivéssemos contra os indígenas quando, na realidade, não é nada disso. Estamos aqui procurando, na realidade, ajudá-los a elaborar um projeto de lei para que venham utilizar o minério que está na terra deles. Em momento algum nós não reconhecemos que a terra pertença aos índios. Mas um pequeno grupo, uma pequena minoria distorce os fatos e acaba nos colocando



contra algumas comunidades, como aconteceu agora há pouco. Nós estamos tratando de uma questão que em momento algum afeta as comunidades quilombolas. Você vê que as pessoas já vêm com tom áspero, e não é nada disso. O que se está discutindo é: vai ser explorada a mineração em área indígena? Vai. Qual vai ser o *royalty*? Qual vai ser o percentual a que os indígenas terão direito? Quem vai poder explorar mineração nas terras indígenas? Vamos permitir que as empresas estrangeiras explorem ou não? Quem vai administrar o recurso destinado aos índios? Como vai ser feito? Aqui, em momento algum, está se discutindo homologação e terras. Nada disso.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós precisamos de uma abrangência maior.

O Presidente foi claro quando disse que haverá audiências públicas nos Estados afetados, onde há terra indígena. E, de repente, cria-se um tumulto por uma coisa desnecessária.

Essa lei é de 1996. Ela vem, nessa pendenga, se arrastando, e em nada contribui. Eu acho que esta Comissão está avançando bastante, Padre Ton e Sr. Relator, mas nós precisamos acelerar o debate, fazer também audiências em Roraima, porque temos que ter esse confronto de ideias com as partes, ouvir os prós e os contras.

Eu, francamente, sou a favor dos índios. A questão Raposa Serra do Sol, em Roraima, eu estive ontem lá e falei com eles, é assunto natimorto. Acabou, não se fala mais. Já homologou? Vamos cuidar do futuro. E na reunião estavam presentes o pessoal da SODIUR, do CIR, o Mário Nicácio, o Ednael, que é de outra representação indígena. Eles entendem que precisa, sim, explorar o minério na área indígena. Querem saber como, porque vão morrer, estão lá na miséria. Lá não há posto de saúde. Lá, quando os índios adoecem, têm que esperar avião de Boa Vista para chegar dentro da comunidade, demora. O índio também quer água gelada, um sorvete, uma televisão. O que sou contra é que se mexa nos costumes dos índios, na sua tradição, na sua cultura. Mas eu sou a favor de que o índio saia do miserê que se encontra hoje. Pelo menos no meu Estado de Roraima, o índio vive numa condição de miserê. A FUNAI, com todo o respeito à FUNAI, é despreparada. Por mim, deveria ser extinta a FUNAI, porque a FUNAI não representa os direitos dos índios, porque, se ela representasse os direitos dos índios,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ARAÚJO - ... ela não deixaria os índios passarem por isso. Índio garimpando de forma ilegal, índio contrabandeando gasolina, índio contrabandeando droga, como acontece na região de Bonfim.

Então, eu acho que esse debate é importante para que a gente esclareça de vez: nós não somos contra os índios. Pelo contrário. Nós queremos que o índio tenha os mesmos benefícios que os índios do Canadá, que os índios da Austrália têm, que os índios do Equador têm. Por que os nossos têm que ficar mendigando, passando fome e miséria?

Então, Sr. Presidente, V.Exa. está de parabéns.

Vou fazer um requerimento, colher as assinaturas dos demais colegas, que eu acho que é interessante propiciarmos uma audiência pública também em Roraima. O Relator foi muito feliz na sua colocação aqui. O Deputado Edio, colocou muito bem. A posição do Governo já foi esclarecida, com as perguntas do Deputado Edio, que entende que é um tema relevante.

Mas quero fazer um apelo aqui ao representante do Governo, que há dois fatos aqui distintos que nós temos que entender: um é a questão do Estatuto *versus* esta lei. Nós não podemos, algumas pessoas querem atrelar o Estatuto a esta lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Para concluir, Sr. Francisco.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ARAÚJO - Eu acho que temos que tratar dessa questão de forma separada.

Era isso o que eu queria dizer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Isso.

A Deputada Luci Choinacki saiu, então falará o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, senhores debatedores, prezados colegas Parlamentares, eu perdi boa parte do debate, mas quero entender que esta Comissão tem a responsabilidade de dotar o nosso País de uma legislação que incorpore direitos dos povos indígenas no manuseio sustentável dos nossos recursos naturais. É notório. E tenho ouvido informações de pessoas que, costumeiramente, tinham uma visão meio romântica da nossa convivência com a Amazônia, como se fosse um santuário intocável.



Um amigo alertou-me sobre a grave infiltração de potências estrangeiras que têm interesses na Amazônia e que hoje transitam naquela área, deixando-nos vulneráveis à biopirataria e a outros tipos de exploração.

Se não conseguirmos contribuir com uma legislação que permita a articulação soberana do País, compreendendo o papel da etnia dos povos indígenas e originários, os seus direitos, os bens naturais das terras que habitam, por omissão, poderemos, contribuir com toda a pirataria a que o País assiste nos dias atuais.

Entendo que é possível chegar a uma regulamentação de matéria que nos permita incorporar direitos das populações originárias e, ao mesmo tempo, prover o País de recursos para explorar minérios estratégicos e outras possibilidades minerais e energéticas para o seu desenvolvimento do Brasil.

Entendo que a Comissão, ao fazer esse debate, quebra uma série de mitos e possibilita que a informação e o debate sejam feitos com mais rigor científico e de conteúdo para impedir que a rapidez de alguns raciocínios seja passional ou desqualificada. O nosso papel, nesta Comissão, é da maior importância para o futuro do País e para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - As duas primeiras falas foram comentários de ponto de vista.

Há três Deputados inscritos. Se o Deputado Miriquinho Batista ou algum outros Deputado quiser se inscrever, está em aberto.

Passo a palavra ao Deputado Moreira Mendes. No final o Sr. Paulo Maldos poderá fazer o fechamento.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, ilustre convidado, Dr. Paulo Maldos, quero começar parabenizando a atitude de V.Exa., Sr. Presidente, e a firmeza com que preside os trabalhos.

Isso aqui indiscutivelmente é a Casa do Povo, todos têm o direito de se manifestar, de virem aqui, mas democraticamente. Há limites para tudo.

Esta Casa preza muito o respeito às diferenças, às minorias. Sempre, em todas as Comissões, todos sempre tiveram espaço. Portanto, acho incabível as atitudes a que presenciamos aqui. V.Exa. teve pulso forte, no sentido de coibir esses abusos.



Sr. Presidente, eu acompanho esses assuntos desde a época em que passei pelo Senado. Refiro-me à discussão da regulamentação dos artigos 176, parágrafo único, § 1º, e do artigo 231, § 3º da Constituição.

O Senador de Roraima foi o autor do projeto aprovado no Senado, inclusive com o meu voto. Desde então, na Legislatura passada e nesta eu faço parte desta Comissão Especial, que discute este assunto de extrema importância para o País. Especialmente, por incrível que pareça, para as comunidades indígenas, porque nós precisamos deixar de lado o faz de conta.

Na verdade, o que acontece hoje? Vamos ser muito objetivos e claros.

Nós somos de um Estado, eu e o Padre Ton, que tem 60% de áreas de conservação em terras indígena, mas, infelizmente, vemos a terra ser explorada, ao arrepio da lei, ou na madeira ou no subsolo. Vejam o caso dos cintas-largas na região do Roosevelt, em Cacoal e Espigão do Oeste. Se tivéssemos uma legislação clara, transparente, moderna, que cuidasse disso com responsabilidade, certamente esses fatos não ocorreriam, e a União estaria ganhando com arrecadação de impostos, como muitos países que já trabalham dessa forma. Os índios, sem dúvida alguma, seriam os grandes beneficiados, e o Brasil poderia explorar suas riquezas minerais.

Quero ainda fazer uma observação quanto à fala do Deputado Fernando Ferro. Eu gostei muito de ouvi-lo. É mesmo preciso tratar a questão da Amazônia com mais responsabilidade. Todo mundo acha que a Amazônia deve ser coberta por uma redoma, intocável, e ninguém mexe, ninguém tasca, protegida ao extremo. Errado. Nós temos que aproveitar as nossas riquezas, respeitando, onde houver, as comunidades tradicionais, os quilombolas, as comunidades indígenas, o meio ambiente, quando for preciso. Não podemos, absolutamente, abrir mão da nossa soberania.

Se formos um pouco mais fundo naquilo que disse o Deputado Fernando Ferro e fizermos uma observação sem paixão, sem radicalismo, sem ranço ideológico, observando a conduta sobretudo de outros governos e de organizações não governamentais mantidas com dinheiro de fora, veremos que o que pretendem é impedir que o Estado brasileiro possa dispor, soberanamente, das riquezas que tem, principalmente as da Amazônia.



V.Exa. está coberto de razão. Não é um amazônida, mas conseguiu entender claramente o problema que nós vivemos na pele — estão aqui representantes da Amazônia — e não sabemos resolver. Cada dia que passa eles tomam conta de mais alguma coisa, e esses 25 milhões de brasileiro que vivem na Amazônia vão sendo deixados de lado.

Mas vamos voltar ao tema. Embora eu não tenha ouvido toda a sua fala, achei importante a sua participação.

Minha avó sempre dizia que prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. O que estamos exercitando aqui, o Presidente, o Relator? A prudência manda ouvir todos os interessados. O Governo da Presidente Dilma Rousseff também tem a prudência de entender que este é um assunto altamente complexo e que requer muito cuidado.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Quero apenas deixar clara, Deputado Fernando Ferro, a minha convicção de que nós vamos produzir nesta Comissão Especial o melhor texto para o Brasil, uma legislação moderna, o melhor texto para as comunidades indígenas, que serão beneficiadas.

Todos aqui trabalham com muita responsabilidade.

Era apenas este o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Cesar Quartiero.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, eu também gostaria de cumprimentar o Deputado Fernando Ferro. Sinceramente, agora acho que há possibilidade de resolvermos alguma coisa. Achei muito coerentes, muito acertadas as suas ideias e opiniões. Estamos evoluindo.

O Deputado Francisco Araújo, que é de Roraima, acho que pensa diferente, mas eu acho que foram um erro essas demarcações. Não as demarcações em si, mas a ideia de excluir os indígenas do convívio com a população envolvente, porque isso os condenou a ficar nas mãos dos ONGs e do CIMI, nas mãos de pessoas que têm mais compromisso ideológico, até religioso, do que compromisso com o bem-estar dessa população.

A mineração é uma necessidade. Roraima precisa aproveitar suas riquezas naturais para se instrumentalizar como Estado, até para ajudar os mais necessitados, que são os índios.



Eu me recordo de um episódio. Depois da retirada da Raposa Serra do Sol, a Polícia Federal, junto com o IBAMA e até com o Exército, foi até a comunidade do Flechal, que fica lá no interior, no centro da reserva, onde se vive de pequeno garimpo, absolutamente artesanal. Lá não há caça, não há pesca, os campos são naturais, de agricultura difícil. Aquela população sobrevive há muitos anos da extração de diamante, de ouro, que serve para a sua manutenção e alimentação. Compraram aqueles motorzinhos pequenos, de 2 HP, de 3 HP, para lavar o material, mas o Exército foi lá, com aqueles órgãos que sempre o acompanham, Polícia Federal e IBAMA, e destruiu o equipamento que eles tinha sido comprado com tanta dificuldade, condenando aquela gente a viver com dificuldades muito grandes.

Nesse contexto da mineração, nós temos que redirecionar a política aplicada para a Amazônia. E acho que a melhor solução seria a integração de todos que moram lá. Juntos já é difícil, imaginem cada um isoladamente, ou cada grupo isoladamente.

Minha preocupação é que essa lei de abertura de garimpo só sirva para grandes multinacionais, e o nosso garimpeiro e o nosso indígena não tenham acesso à exploração dessa riqueza.

Vejo também com preocupação fatos como esse que estão sendo noticiados de que terras demarcadas para os indígenas depois têm seus direitos vendidos por índios mundurucus para estrangeiros, por 30 anos. Também há notícia de que cintas-largas, por duas caminhonetes, fizeram um acordo para ceder para uma ONG irlandesa o acesso à terra, com o compromisso dos índios de não plantar um pé de mandioca, um pé de banana, nada. E ainda criam dificuldade para o ingresso do Governo brasileiro nessas áreas. Dizem que esses contratos já englobam áreas de quase duas vezes o tamanho de Portugal, ou quase o tamanho do Estado de São Paulo, um enclave dentro do País, e um enclave que vai ser dominado por entidades vinculadas a governos estrangeiros. A situação é bastante complexa.

Mas eu quero cumprimentá-lo, Deputado Padre Ton. Outra vez fui até meio agressivo com a sua pessoa. Peço desculpas. O senhor está no caminho certo ao promover este debate. O Relator também, nosso companheiro.

E cumprimento o Deputado Ferro. Sinceramente, eu acho que nós temos que discutir com lógica e entender que temos que construir juntos um caminho.



Discordo do Deputado do meu Estado que disse que a questão da reserva Raposa Serra do Sol é irreversível. Não. Acho que tudo tem que ser discutido, e o centro da discussão deve ser o interesse da Nação brasileira e o interesse do povo, especialmente dos mais necessitados, dos mais vitimados, que são os nossos indígenas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Eu quero dizer que fiquei um pouco preocupado com tanta concordância do Quartiero com o que eu falei.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Você vai ser penalizado pelo seu partido. Vai para uma lista negra. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Não, não é isso não. Eu ouvi o depoimento de um funcionário do ICMBio, que está na Amazônia, um alerta para a ausência do Estado brasileiro na fiscalização daqueles espaços. Essa ausência indica claramente que não existe vácuo. Outros interesses estão chegando. Nós queremos a presença do Estado brasileiro, uma presença articulada, que respeite as populações originais e compreenda que elas têm que ser participantes de um debate sobre isso. Nesse aspecto, eu quero reclamar a nossa preocupação com a soberania, sim.

Outra questão, Sr. Presidente. Está chegando a esta Casa o Código de Mineração. O debate desse Código vai ter uma interface com esta Comissão. Está previsto o debate sobre o garimpo, outras formas de exploração mineral e o marco legal da mineração no Brasil. Esse debate acontecerá brevemente aqui. Se não me engano estão para chegar, se não chegaram ainda, os projetos de lei que vão ter incidência direta no conteúdo desta Comissão. Eu até tive um contato com o Ministro de Minas e Energia a fim de solicitar uma audiência desta Comissão para tratar da apresentação do Código de Mineração. Ele me disse que ainda não estava na hora, porque o texto não estava finalizado, mas eu gostaria de saber do Paulo, representante do Ministério, a quantas anda o debate do Código de Mineração, que eu acho que vai ter interseção direta com o debate que estamos fazendo nesta Comissão e vai ser a ocasião adequada para conjugarmos estes esforços num contexto mais amplo.



Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Com a palavra o Deputado Penna.

O SR. DEPUTADO PENNA - Sr. Presidente, eu também fico meio assustado, porque parece que não há um genocídio no Brasil há 500 anos. Isso é no mínimo uma insensibilidade.

Do que eu ouvi, quero saudar a posição do Governo. Não se pode fatiar realidades. Não dá para discutir mineração em terra indígena sem o Estatuto do Índio. Ele explicou muito bem, mas as pessoas parece que não entenderam, ou não quiseram entender. Não é possível seccionar uma realidade complexa como essa.

Eu peço encarecidamente ao Governo que se mantenha nessa posição. Não se trata só de cautela. Nós precisamos estar atentos. É incrível. Eu ouvi várias frases aqui sobre a riqueza do subsolo, como se o povo indígena não fosse uma riqueza fantástica para o País. Quando não sabemos mensurar, podemos ajudar a cometer um erro dramático, que a história depois vai nos cobrar.

Não tenho perguntas a lhe fazer. Quero crer que eu saio daqui com mais tranquilidade, pela posição inteligente, respeitosa, construtiva que o senhor transmitiu nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - O Deputado Edio Lopes quer fazer um comentário?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós queremos fazer algumas pontuações.

Primeiro, quero dizer ao ilustre Deputado Penna que o que não está regulamentado no momento é a exploração de minério em terra indígena, mas o Estatuto do Índio existe, está vigendo. O que há nesta Casa é uma reforma, um novo marco regulatório da questão, que não andou, que emperrou. E esse marco regulatório do Estatuto Indígena está emperrado nesta Casa justamente porque trouxe para o seu seio uma gama de questões tais como essa. A questão da mineração em terra indígena é um dos principais fatores pelos quais o Estatuto Indígena não avançou nesta Casa até hoje. Este é o meu ponto de vista, e eu respeito o ponto de vista do Deputado Penna.



Quero fazer coro com os que me antecederam sobre a fala do Deputado Fernando Ferro. Como seria bom se o Brasil conhecesse a Amazônia. Como seria bom! Se esta Casa conhecesse a Amazônia já seria extraordinário, Deputado Ferro. O problema é que o Brasil fica discutindo a Amazônia do ponto de vista romântico, do ponto de vista do dinheiro internacional e das ONGs, que financiam grande parte da nossa imprensa, esta é a verdade.

O principal pano de fundo a tentar ofuscar o trabalho desta Comissão é confundir garimpagem com regulamentação de mineração em terra indígena. Essas são coisas distintas. Uma, comprovadamente, é altamente nociva às sociedades indígenas, nocivas ao Brasil, nocivas ao meio ambiente. A outra, se tivermos a inteligência que estamos nos propondo a ter, pode nos garantir um marco regulatório extraordinário, moderno, que atenda às necessidades do Brasil e, antes de tudo isso, às necessidades dos povos indígenas.

Nós não podemos mais admitir, como disse o Deputado Paulo Cesar Quartiero, que uma comunidade indígena do Água Fria morra de beribéri. Beribéri é fome, é falta de vitamina. E essa não é uma comunidade indígena primitiva, não, é uma comunidade indígena que convive com o homem branco desde o século XVIII, quando Lobo D'Almada chegou a Roraima. Essas comunidades indígenas estavam sentadas sobre uma monumental riqueza mineral, e nós não tivemos até hoje a inteligência e, mais que inteligência, a coragem de regulamentar essa questão.

Eu, enquanto Relator, proponho alguns pontos. Primeiro, extração mineral em terra indígena terá que oferecer muita vantagem para a comunidade indígena, vantagem econômica. E não há que se falar em genocídio, em fazer um paralelo de genocídio com extração mineral. Por que a imprensa e as ONGs não falam dos índios waimiris-atroaris? Por que a comunidade dos waimiris-atroris, em terras indígenas situadas em Roraima e no Amazonas — este paralelo talvez seja até inadequado —, seria a Suíça das comunidades indígenas brasileiras? Lá, uma mineradora apenas atravessa o território da comunidade com suas carretas carregadas de cassiterita, e paga regamente àquela comunidade, que hoje tem um relacionamento muito próximo com a mineradora. Não há problema de meio ambiente e não há problema com a comunidade indígena, tanto isso é verdade que a imprensa nunca noticiou nada dessa natureza. Os waimiris-atroaris são a comunidade indígena que mais cresce no Brasil. Foram uma comunidade indígena



praticamente extinta em meados da década de 70, início de 80, quando se abriu a BR-174, e recentemente fizeram uma das maiores festas indígenas da Amazônia, para comemorar o nascimento do milésimo indivíduo waimiri-atroari.

Portanto só é preciso ter bom senso. Os mecanismos existem, os meios nós conhecemos. Não podemos é ficar eternamente fazendo uma discussão que não é a discussão apropriada, porque as ONGs e grande parte dos indigenistas e ambientalistas se recusam a fazê-la. Por quê? Porque os argumentos caem por terra um após o outro. Eles fazem isso que nós vimos aqui. Em todos os lugares que a Comissão visitou no passado foi assim. Não discutem, tumultuam, vão embora. E não apresentam uma única proposta. Vai chegar um dia, sabe-se lá quando, em que este Congresso regulamentará essa questão, e essa regulamentação será tanto pior quanto menos essas comunidades participarem ativamente da discussão.

Esta relatoria procurará de todas as formas buscar pontos de equilíbrio. As comunidades indígenas têm que ter participação efetiva. Quem quiser explorar mineração em terra indígena — no meu relatório isso será apresentado — terá que participar de um processo de concorrência, para que ganhe a empresa que melhor ganho social e melhor percentual ofereça à comunidade indígena, para que ganhe a empresa que melhor garantia dê quanto à conservação e à chamada extinção de mina, e assim por diante. É esse o nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Tem a palavra, por 2 minutos, o Deputado Penna.

O SR. DEPUTADO PENNA - Eu quero, com a maior simpatia e carinho pelo Deputado Relator, Edio Lopes, dizer que, se houve qualquer analogia entre S.Exa. e o genocídio, eu peço desculpas. Mas o paralelo entre ONG ambientalista e indigenista para mim vai muito bem. Então fique confortável.

Um abraço.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com a permissão do Presidente, eu quero dizer, neste clima de descontração da Comissão, que, se meu entendimento fosse esse, eu também seria uma vítima do processo, porque sou neto de índios tupinambás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Duas pessoas que não são Parlamentares pediram a palavra. Talvez a gente possa permitir isso por 3 minutos. A primeira é a Vanda, que é quilombola. Eu quero te dizer, Vanda, que eu sou



Presidente da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas e parceiro da luta de vocês. No entanto, esta Casa tem algumas regras, regras até para nós Deputados. Por exemplo, se eu quiser fazer um discurso no plenário, eu não sendo Líder, tenho que me inscrever cedo e muitas vezes só posso falar por 1 minuto. Mas a Câmara difere do Senado, eu a sinto muito mais aberta e democrática. Em dias de grandes votações, passam por estes corredores mais de 40 mil pessoas.

Então está inscrita a Vanda, que terá 3 minutos, e a Rosane, que é índia também, e terá igualmente 3 minutos.

Pois não, Vanda.

A SRA. VANDA PINEDO - Boa tarde a todos e a todas. Eu me chamo Vanda Pinedo e sou Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado, organização política com 33 anos de combate ao racismo.

Após essa situação toda e a consideração do Deputado antes da minha fala, eu gostaria inicialmente de dizer que o que aconteceu aqui não foi nenhuma baderna. Isso tem que ficar claro. Nós não podemos achar, principalmente vocês Parlamentares, que as pessoas que aqui chegam têm o mesmo grau de compreensão que todos vocês têm. Eu já estava quase agoniada aqui, de tanto um falar, outro falar, outro falar... Mas eu tenho alguma compreensão diferenciada da que tem as pessoas que vêm aqui. Desqualificar uma fala ou uma posição é um tanto quanto temeroso, e cria problemas como o que foi criado aqui hoje.

A situação indígena e a situação quilombola neste País são caóticas, e a compreensão que se teve dessa atividade aqui foi equivocada. As pessoas tinham a compreensão de que se tratava de uma audiência pública, com outra conotação. A audiência pública se dá de outra maneira. As pessoas tiveram uma informação equivocada.

A Mesa também teve uma fala que não foi prudente para o momento e para as pessoas. Nós não somos baderneiros. Estamos sendo assassinados nas nossas comunidades. O povo negro está sendo assassinado na cidade e no campo. O povo indígena está sendo assassinado nas suas aldeias. Não viemos dos nossos Estados para fazer baderna na Câmara. Viemos para que sejamos ouvidos. Se a forma foi equivocada, até pode ter sido, mas não saímos dos nossos Estados para fazer baderna, ou qualquer que seja a situação que nos atribuam, diante do Plenário.



A situação que estamos vivendo é tão caótica, que estamos tensos 24 horas por dia. Nós viajamos... Eu mesma sofri atentado. Os quilombolas sofrem atentados. Quase foi queimada a casa de um quilombola em Santa Catarina, duas vezes. Nós sofremos atentados das empresas privadas...

Dizer que nós não temos nada a ver com a situação? Estamos discutindo minérios e riquezas naturais. Parques foram criados, e não se consideraram as comunidades que lá estavam. Isso foi o que fizeram com as nossas comunidades, daí se criaram esses conflitos. E esses conflitos as nossas comunidades vivem até hoje. Vão a Praia Grande, vão a um conjunto de comunidades, e vocês vão ver lá. Em Machadinho, Minas Gerais, pessoas estão sendo assassinadas. Nós vivemos um clima de tensão intenso, sim. Vocês vivem um clima de tensionamento por ter que discutir leis e legislações que atendam a todo este País, mas nós estamos sendo assassinados.

Eu voltei aqui, fiz questão de voltar — eu disse aos companheiros e companheiras que voltaria —, porque eu sabia, eu tinha certeza de que iam dizer que nós tínhamos vindo aqui para fazer baderna. Eu tinha certeza disso. Baderna é o que fazem conosco. Baderna é a forma como nós somos assassinados, a forma como nós não somos ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Para concluir, Vanda.

A SRA. VANDA PINEDO - Desculpe, Deputado.

Um tema como este precisa, sim, ser dialogado com todas as bases. E dizer que dialogar com as comunidades e com as entidades vai ser difícil é apostar... Um monte de Parlamentares também não têm a nossa confiança, mas mesmo assim ainda acreditamos em alguns. Não dá para colocar todo mundo, Deputado Edio, no mesmo balaio de gatos. Se existem ONGs que não primam pela responsabilidade, também existem entidades que, sim, primam pela responsabilidade, pelo respeito a este Estado e pelo respeito às comunidades. Nós gostaríamos de ser respeitados. O MNU existe porque é respeitado e porque tem um nome marcado nos 24 cantos deste País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Vanda.

A Rosane tem a palavra, por 3 minutos.



A SRA. ROSANE KAINGANG - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Rosane, sou do povo kaingang e, apesar de eu ser, Deputado Edio Lopes, do Rio Grande do Sul, estou aqui representando a APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que congrega a COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; a APOINME, do leste e Nordeste; a ARPINSUL, do Sul; a ARPINSUDESTE, do Sudeste; a do Pantanal, a do Centro-Oeste, a de Mato Grosso do Sul e a Aty Guassu, que é guarani e também faz parte dessa organização nacional.

Quero concordar com o que disse a companheira quilombola. Nós somos aliados de luta. Talvez o entendimento da minha companheira indígena que estava aqui não tenha sido correto. Sabem por quê, Srs. Deputados? Porque vocês precisam... Fala-se tanto de diversidade, de cultura diferenciada, de respeito à cultura, mas vocês ainda não nos conhecem. Vocês não nos conhecem. Naquele momento ela não sabia qual era a regra de uma audiência pública.

Somos 240 povos, quase 100 pontos geográficos de índios isolados, o que não há no mundo. Com essa diversidade toda, poucos têm pouco tempo de contato, são recém-contatados. Há uma diversidade de contato, uma diversidade de problemas que os Srs. Parlamentares precisam entender.

Muitas vezes também fomos muito ofendidos, senhores, na Comissão de Agricultura. Mas nem por isso chamamos de baderneiros os Deputados. E nem os chamamos de ladrões, apesar de ouvirmos na mídia dizerem quem é corrupto. Nós nunca fizemos isso. Isso, Deputado Ferro, significa respeito. Para mim, como indígena, significa respeito.

O posicionamento do movimento indígena é que todos os projetos de lei devem ser apensados ao Estatuto dos Povos Indígenas. O senhor diz que existe o Estatuto, que ele está em vigor. Ele está e não está. Depende do interesse de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Para concluir, Rosane.

A SRA. ROSANE KAINGANG - Quando ele é favorável aos interesses de certas figuras que não são os povos indígenas, ele existe; quando ele não é favorável, ele não existe. Esta Casa vai mostrar um grande respeito por nós quando votar o nosso Estatuto e quando tudo o que diga respeito à discussão dos povos



indígenas e que afete as nossas vidas seja ligado ao Estatuto dos Povos Indígenas. Isso é o que chamo de respeito.

Srs. Deputados, eu não estou fazendo este discurso a mando de nenhuma ONG que não seja indígena. Este é o discurso do movimento indígena, um discurso próprio. Eu não estou sendo manipulada por ninguém. Isso é o que eu chamo de respeito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Tem a palavra o Carlos Pankararu, por 3 minutos.

O SR. CARLOS PANKARARU - Nobres Deputados que aqui se encontram, parentes que aqui chegaram, eu acho que o Congresso Nacional, Câmara e Senado, realmente não vêm respeitando o índio quando se trata de uma plenária sobre as questões indígenas. Em primeiro lugar, porque não se convidam lideranças indígenas para discutir, para fazer parte daquilo que é a vida deles, e que vocês estão aqui discutindo.

Quando se diz que o índio veio — mesmo sem ser chamado — e vai falar sobre os direitos deles, vocês dão 3 minutos. Mas vocês estão há quinhentos e tantos anos desrespeitando, pisando, maltratando, machucando, e sem dar direito a defesa.

Mas vamos lá. Uma das coisas que eu quero falar para vocês diz respeito ao que está acontecendo com as questões minerais e de território. Agora querem até que a demarcação terra seja feita na base de plenário, de votação, na forma mais justa de os latifundiários roubarem todas as terras e riquezas que nós temos. Porque não existem índios senadores, índios governadores, índios plantadores de soja, de cana. Mas existem grandes empresários deputados e senadores neste País. Então se isso fosse ser decidido através de voto, iríamos perder tudo aquilo que já temos. Segundo dizem, até as terras que já estão demarcadas querem reaver, por causa da Raposa Serra do Sol. Acredito que seja isso.

Sobre essas leis que estão criando para a mineração, acho que o Congresso Nacional deve fazer aquilo que manda a Constituição brasileira, aquilo que manda a Convenção nº 69, aquilo que manda a legislação indígena, para que não se faça como fizeram com o decreto da FUNAI, quando, em nome de uma reestruturação, acabaram com a FUNAI, fizeram da FUNAI o que ela é hoje.



Se vocês dizem tanto que querem aprovar essa questão da riqueza mineral, eu gostaria que vocês me dissessem qual é a porcentagem para o índio do Brasil. São os 3% da época do saudoso Valverde, também de Rondônia? O Padre Ton, Presidente dessa Frente, também é de Rondônia, onde está a maior jazida de diamantes do mundo. Por que os Presidentes das Frentes Parlamentares de Mineração não são de outro Estado, são só do Estado onde está a maior jazida de diamante do mundo? Por que será isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Conclua, Pankararu.

O SR. CARLOS PANKARARU - Em segundo lugar, eu quero saber por que não se negocia: *“Índios, a terra é de vocês. Tudo isso só está lá porque vocês estavam lá. Se não estivessem, já teriam feito como fizeram com a Serra Pelada da vida. Então entrem vocês com pedido de lavra mineral. Explore o que é de vocês, e o Governo compra por preço justo”*. Por que vocês não fazem isso? Por que não procuram uma forma de negociar e dar aos donos o que é deles?

São essas as minhas palavras.

Outra coisa que não queria me esquecer de comentar é que existe, na Bacia de Santos e do Rio de Janeiro, o pré-sal. Há porcentagem para Ministério tal, para Congresso Nacional, para não sei o que mais. Quanto por cento vocês deram para os índios? Lembraram-se de dar pelo menos 1%, ou metade de 1%? Nunca deram.

O nobre Deputado disse que existem índios por aí doentes, morrendo de fome. Eu tenho 40 anos. Nasci na tribo pankararu, no Sertão de Pernambuco, acho que na época da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Conclua. Já se passaram 4 minutos.

O SR. CARLOS PANKARARU - Já vou concluir.

Na época de plantio, chegava caminhão de alimento para se plantar. Chegava foice e enxada para o índio trabalhar. Não dependíamos de mineração nenhuma, não. Por que é que hoje os índios estão morrendo de fome, numa época de Governo democrático, como é o do PT?

São essas as minhas palavras. Quero resposta para elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Passamos a palavra ao Dr. Paulo Maldos, para as suas considerações finais e respostas a alguns questionamentos.



O SR. PAULO MALDOS - Até onde eu entendi, não houve muitos questionamentos.

Eu só queria saudar todas as intervenções — acho que de todos os Deputados presentes —, no sentido de afirmar que o trabalho desta Comissão será pautado pelo respeito aos povos indígenas, pela escuta, pela participação deles na construção dessa legislação e na contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Todas as intervenções que foram nessa direção eu queria saudar. Isso coincide perfeitamente com as posições do Governo Federal, da Presidência da República, de novo reafirmando que viemos aqui mais para contribuir na questão de colocar para os senhores o nosso acúmulo sobre a construção da consulta em torno da 169, colocar à disposição desta Casa toda a metodologia, todo o procedimento que estamos elaborando, em conjunto com a sociedade civil, e fazer um apelo inclusive para o intercâmbio permanente entre nós, para conseguirmos juntos uma posição de Estado brasileiro no sentido da consulta a esses povos e na participação efetiva deles naqueles temas em que têm interesse.

Em reação também às colocações feitas, quero afirmar para o Deputado Edio que o Estatuto do Índio vigente é uma excrescência histórica, porque é pré-constitucional, é da época da ditadura militar, e não tem nada a ver com a legislação constitucional, com o art. 231 da Constituição.

Então, o que é preciso é realmente se aprovar um novo Estatuto dos Povos Indígenas, que esteja em sintonia com a Constituição Federal, para que possamos viver amplamente no Brasil a Constituição de 88.

Nesse sentido, como foi colocado também que por causa da questão da mineração o Estatuto ficou travado, então, que bom que este PL possa então trazer o Estatuto para ser discutido! Vamos destravar a discussão desse projeto de lei relativo à mineração. Ele talvez seja o carro-chefe para trazer o conjunto do Estatuto para ser discutido aqui.

Acho que pode ser uma boa medida, porque reafirmo que é importante se discutir a mineração dentro do contexto, do escopo do conjunto dos direitos, para ter uma visão filosófica única no direito dos povos indígenas, que permeie todo o conjunto da legislação relativa a eles. É o Estatuto, ou seja, discute-se dentro do Estatuto um capítulo, que é a mineração. Quem sabe possa esse PL trazer o conjunto do Estatuto para ser discutido nesta Casa, que tenho certeza que vai ser



bem tratado, como foi colocado por diversos Deputados. Acho que é esse o espírito do respeito aos povos indígenas. Então tenho certeza de que o Estatuto vai ser uma construção benfeita.

Por fim, não é que fugiram ao tema, mas são temas muito correlatos a questão indígena de forma permanente, a questão da soberania, a questão da vigilância. Quero dizer que, no nosso entendimento, a demarcação das terras indígenas reafirma o Estado Nacional, porque toda terra indígena não é propriedade do povo indígena, é propriedade da União. São terras da União com usufruto exclusivo daquelas comunidades. Cada demarcação afirma a soberania do Estado brasileiro naquele território.

Então essas demarcações são a afirmação da soberania nacional. Aquela comunidade indígena zela por aquele território. E a nossa vivência até hoje sempre foi a dos povos indígenas defendendo as fronteiras. O povo macuxi, em Roraima, defendeu, frente à Inglaterra.

(Não identificado) - Isso aí não é verdade histórica, não. Desculpe. Não é verdade histórica. Se o senhor passar ali naquela prateleira, o senhor vai ver a Questão do Pirara.

O SR. PAULO MALDOS - É a minha visão histórica.

Deputado, eu fui dezenas de vezes a Roraima, estive no Lago Caracaranã há poucos dias e conheço bastante aquela realidade. E posso dizer, com base em informações das Forças Armadas, que foram indígenas que denunciaram a presença de mineradoras peruanas, de traficantes de vários países vizinhos, infelizmente. Não estou querendo estigmatizar vizinhos, mas foram indígenas que sempre denunciaram à Polícia Federal, às Forças Armadas. Inclusive até na fronteira norte, na fronteira com a Colômbia, foram indígenas que denunciaram eventuais incursões de membros das FARC no território nacional, que puderam ser contidos e levados de volta além-fronteiras por informações indígenas. Ou seja, os indígenas sabem muito bem defender nossa soberania e vigiar o seu território, que é também nosso.

Posso dizer com bastante segurança que eles também vão saber, com dignidade, com inteligência, defender seus direitos e construir junto com esta Casa um projeto de lei relativo à mineração e um projeto de lei relativo ao Estatuto dos Povos Indígenas com a melhor qualidade possível, desde que sejam respeitados,



escutados. Eles vão saber perfeitamente construir uma legislação de alta qualidade, em benefício de todo o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP - Sr. Presidente, Deputado Padre Ton, Relator Edio Lopes, eu quero pedir desculpas pela minha ausência, por não poder participar desta audiência tão importante para o Brasil, mas especialmente para o Estado de Rondônia.

Quero aqui me apresentar. Sou a Deputada Federal Marinha Raupp, do Estado de Rondônia. Este é o meu quinto mandato. Acredito que é muito importante o Estatuto dos Povos Indígenas, bem como esse projeto. O senhor mesmo colocou que talvez esse projeto possa trazer à luz a discussão e a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas.

Mas a nossa preocupação específica, neste momento, do Estado de Rondônia, é de conhecimento dos senhores — já deve ter sido colocada aqui: é a grande reserva indígena que nós temos no Estado de Rondônia e também o potencial mineral que tem a Reserva Roosevelt, do povo cinto larga. Todos nós, no Brasil, acompanhamos — especialmente nós, eu e o Deputado Padre Ton, que somos de Rondônia — a violência que ocorreu lá naquela comunidade, levando transtorno não só para os garimpeiros ilegais que estavam lá, mas também para a comunidade indígena. O ano passado, nós fomos convidados pelo Procurador Federal Reginaldo. Fizemos uma reunião da bancada. Ele clamava por uma posição e uma interação maior da bancada federal de Rondônia com o Governo Federal, junto com representantes da comunidade indígena cinto larga naquele momento.

Nós queríamos, então, contar com o seu apoio. Que através do senhor nós possamos retomar o nosso trabalho, junto ao Ministério da Justiça, ao Ministério de Minas e Energia, à própria FUNAI, para que nós possamos dialogar — não é nem resolver os problemas; é o reinício do diálogo. Quero também crer — foi colocado aqui — na existência de um grupo de trabalho do Governo Federal frente a esse PL. De tão importante que ele é, existe um grupo de trabalho no Governo. Se é verdadeiro isso, eu gostaria de tomar ciência, Presidente, Relator, nobres colegas, desse grupo de trabalho, qual a composição dele, qual é a posição do Governo. Eu



sei que o Governo Federal tem uma posição da importância desse projeto. Mas qual é o trabalho técnico que está sendo realizado, para que possamos também, tendo a informação, colaborar, com a nossa atuação política?

Eu peço desculpa por esta minha colocação justamente no encerramento desta reunião. Mas achei que era importante, principalmente porque, se temos um Presidente do meu Estado nesta Comissão, nada mais correto do que eu estar aqui presente para apoiá-lo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Marinha Raupp.

Quero também pedir aos presentes desculpas pelo acontecido com os quilombolas. Esses mesmos quilombolas hoje estiveram na Liderança do PT. Chamaram até o Líder para apoiá-los. Parece que eles desconheceram. Mas infelizmente esta Casa tem normas, tem regras, e essas regras não fomos nós que criamos. Foram outros Deputados. É claro que as regras podem ser aperfeiçoadas com o passar do tempo e com participação. Nós queremos ver negros Deputados e Deputadas Federais e queremos ver índios e índias Deputados e Deputadas Federais.

Agradecemos ao Dr. Paulo Maldos.

Nesta Semana do Índio, esperamos que o Colégio de Líderes tenha aprovado a Comissão Geral para quinta-feira. Na Comissão Geral, as lideranças indígenas vão poder se expressar e falar no plenário da Câmara dos Deputados. Conseguimos as 171 assinaturas, mas é o Colégio de Líderes, junto com o Presidente, que decide, já que são normas da Casa. O Dr. Paulo Maldos está muito próximo da Presidência da República. Esperamos que nesta Semana do Índio o Governo Federal possa sinalizar com um pacote de bondades para os povos indígenas, principalmente com a assinatura do decreto da PNGATI, porque nós, aqui no Parlamento, somos obrigados a fazer a nossa parte.

Obrigado pela contribuição.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para a próxima reunião, a realizar-se no dia 24, a próxima terça-feira, às 14h30min, em plenário que será informado oportunamente, com a seguinte pauta: audiência pública com representantes das organizações não governamentais, ONGs



nacionais. Participarão também os Procuradores da República de Rondônia, o Dr. Reginaldo Trindade, e de Mato Grosso, Dra. Márcia Brandão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado e todos e todas.